

As unidades de paisagem no Triângulo Mineiro: “Desaparecimento” da paisagem Cerrado

Landscape units in the Triângulo Mineiro: “Disappearing” of the Cerrado Landscape

Antônio de Sousa Pedrosa

aspedros@gmail.com

Instituto e Geografia - Universidade Federal de Uberlândia – UFU, CEGOT

Rita de Cassia Martins de Souza

ritacmsou@gmail.com

Instituto e Geografia - Universidade Federal de Uberlândia - UFU

Artigo recebido para revisão do evento em 22/04/2014, aceito para publicação em 11/05/2014 e recebido para publicação em 01/06/2014

RESUMO

As paisagens apresentam-se dinâmicas e resultam de uma interação permanente entre os elementos naturais e a ação do homem. Elas constroem-se ao longo dos tempos históricos assumindo os valores culturais que cada cultura ou civilização lhe vai inculcando. Significa, então, que a análise da sua evolução terá de ter em conta a sua constante dialética no sentido de nos apercebermos as transformações que sofrem. Atendendo ao nível tecnológico em que a sociedade atual se encontra conjugadas com as forças econômicas capitalistas que procuram o lucro desenfreado, as alterações na paisagem são cada vez mais rápidas e, por vezes, implicam rupturas com a sua sustentabilidade. No Triângulo Mineiro, as mudanças paisagísticas foram de tal forma rápidas e profundas que a paisagem do cerrado, vigente até à década de sessenta do século passado, foi substituído por outras unidades de paisagem onde este bioma deixou de existir nas condições originais.

Palavras-chave: Paisagem, cerrado, transformação, ação antrópica, Triângulo Mineiro

ABSTRACT

The landscapes are dynamic and result in a permanent interaction between the natural elements and the action of man. They are constructed along historic times, assuming the cultural values that each culture or civilization will imbue her. Then means that the analysis of its evolution must have regard, to its constant dialectic in order to understanding the transformations who suffer. In view of the level of technology in that current society is in, conjugated with the capitalist economic forces that seek to unbridled profit the amendments in the landscape are becoming faster and sometimes imply ruptures to their sustainability. In Triângulo Mineiro, the landscape changes have been so rapid and profound, that the landscape of the savannah, prevailing until the sixties of the last century, was replaced by other units of landscape where this biome ceased to exist in original condition.

Keywords: landscape, savannah, transformation, human action, Triângulo Mineiro

1. INTRODUÇÃO

Paisagem constitui-se numa das categorias centrais da Geografia desde que esse campo disciplinar vem se constituindo. Se se considerar que a Geografia Moderna vem se sistematizando desde Humboldt no início do século XIX, a despeito de toda uma herança histórica anterior da constituição do que se chama hoje pela denominação de geografia, o conceito certamente encontra-se na origem dessa ciência.

A necessidade de se considerar a sistematização como um processo contínuo faz-nos, de imediato, perceber que os conceitos científicos nunca são definitivamente fechados, mas são constituídos num processo contínuo de debates teóricos. Muitas vezes esses debates ocorrem por dentro da evolução da própria ciência e de seus conceitos centrais remetendo ao amadurecimento interno próprio de determinado campo científico. Mas não há como isolar esse debate do contexto maior em que o mesmo ocorre, refletindo questões históricas decisivas na sua elaboração. Desta forma, os conceitos em Geografia, como nos demais campos científicos, estão sempre envolvidos no desenvolvimento maior da própria história das sociedades em que são elaborados, constituindo-se em *constructos* sociais.

O conceito ou categoria paisagem, como se pode depreender, não foge a esses embates o que faz com que assuma diversas conotações ao longo do processo de sua elaboração. Se num certo sentido a paisagem pode ser entendida

como uma dimensão natural, por outro pode também ser entendido como uma dimensão das relações do homem ser social com a natureza. A indissociabilidade das relações homem-meio, inclusive, é uma das referências mais caras da Geografia; o que a torna um campo específico de investigação em meio à sistematização de todo corpo científico.

Tendo isso posto, deve-se destacar que o conceito de paisagem muitas vezes abordado está demasiado arraigado a uma visão naturalista que o destitui de uma abordagem que lhe permita contribuir de maneira consistente ao debate realmente necessário a ser realizado. Assim, por muitas vezes debruça-se sobre as paisagens naturais como modelos de análise congelados no tempo e perde-se a possibilidade de uma análise que possa contribuir no sentido de perceber as transformações constantes da evolução das mesmas enquanto substratos de ações humanas.

O caso do cerrado ou savana brasileira constitui-se num modelo exemplar dessa forma de abordagem congelada. É possível falar do cerrado enquanto um domínio morfo-climático como queria Ab'Saber (2003), porém é inadmissível congelar a evolução dessa forma paisagística atribuindo as transformações que a mesma vem sofrendo apenas a um período tão recente como a instalação da agropecuária moderna. Coloca-se aqui como pressuposto que o cerrado é uma paisagem construída na relação direta com a ocupação humana de uma extensa área que se consolidou num conjunto complexo

de outros domínios naturais como a Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, a Caatinga etc.

A necessidade de se colocar a ocupação indígena ou primitiva como “perfeitamente” integrada à natureza trouxe como consequência dois sérios prejuízos à compreensão da dinâmica instalada sobre essa área em específico. Primeiro “naturalizou” as sociedades indígenas reproduzindo uma ideologia necessária ao eurocentrismo, em que as populações nativas não eram/são entendidas como sociedades completas, mas como seres totalmente inocentes: uma visão animalizada que ignora a luta desses povos no sentido de seu reconhecimento enquanto parte da sociedade brasileira com direito à terra tanto quanto os demais. As técnicas tradicionais utilizadas por esses grupos, muito poucas vezes são analisadas, enquanto agentes de transformação da natureza primeira, mas sempre são colocadas como ações de muito baixo impacto. Por outro lado, a integração perfeita à natureza também impediu ou dificultou compreender o cerrado como uma formação antropizada: a ocupação por longo período histórico até aqui necessariamente deve ser considerada como agente de formação dessa “paisagem”.

Mediante o exposto, pretende-se, aqui, analisar as características atuais das paisagens no Triângulo Mineiro – recorte especial das paisagens do Cerrado – e entender que são o resultado de uma ação de uma dinâmica relacionada com elementos naturais que a compõem, como litologia, solos, formas de relevo, vegetação e uma atuação continuada e

diversificada pelo homem, entendido como elemento ocupante desse ambiente, ou seja, pretende-se uma visão mais interativa entendendo-se que sociedade e natureza encontram-se relacionados formando “*uma só ‘entidade’ de mesmo espaço geográfico*” (SCHIER, 2003).

Sauer (1998) destaca que essa interação entre os elementos naturais e sociais é essencial no entendimento da paisagem.

Não podemos formar uma ideia de paisagem a não ser em termos de suas relações associadas ao tempo, bem como suas relações vinculadas ao espaço. Ela está em um processo constante de desenvolvimento ou dissolução e substituição. Assim, no sentido corológico, a alteração da área modificada pelo homem e sua apropriação para o seu uso são de importância fundamental. A área anterior à atividade humana é representada por um conjunto de fatos morfológicos. As formas que o homem introduziu são um outro conjunto (SAUER, 1998, p. 42).

2. AS ORIGENS DA LONGA CONVIVÊNCIA HUMANA NO CERRADO

Segundo Ab’Saber (1962) o Cerrado brasileiro adaptou-se e desenvolveu-se em algum momento do Quaternário ou mesmo nos finais do Terciário, adaptando-se às estruturas morfo-edafo-climáticas dos planaltos tropicais “*dotados de solos lateríticos, e certamente um dos quadros da vegetação mais arcaicos do país*” (AB’SABER 1962, p.119)

O domínio dos cerrados resulta também da existência de dois períodos bem marcados pelo comportamento dos elementos climáticos, nomeadamente no que se refere à distribuição da precipitação em termos anuais, que apresenta um período seco e outro húmido (referir

valores....). Segundo Ab'Saber (2003, p.2) este domínio

comporta toda uma família de ecossistemas, dispostos *areolarmente* (cerrados, cerradões e campestres), *linearmente* (matas de galeria, cordilheiras e veredas) e pontualmente (capões de matas *biodiversas*, touceiras de cactáceas). Nos bordos da área nuclear dos cerrados ocorrem diferentes setores de, psamobiomas (Pantanal), helobiomas (pantanais), rupestre-biomas (em *paleoinselbergs*, topografias runíformes e raros lajeados). Nas planícies pantaneiras, *stricto sensu*, por entre lençóis aluviais (*aluvial fan*) de antigas dejeções arenosas, podem ser reconhecidos vários tipos de ecossistemas.

A nítida demarcação dos dois períodos climáticos anuais e a grande diversidade de ambientes e espécies

possibilitou um tipo de ocupação humana do Cerrado muito característica. Cada uma das estações estava relacionada à exploração de certos ambientes e ao uso e manejo de espécies específicas da flora e fauna, em uma estratégia de reprodução social que foi acrescentando e combinando atividades econômicas ao longo da trajetória dos vários grupos humanos que aí conviveram e se sucederam (RIBEIRO, 2002, p. 252)

Alguns arqueólogos defendem que a presença humana na região do cerrado pode ultrapassar 11 mil anos (PROUS, 1991; BARBOSA; SCHMITZ, 1998), “embora ainda haja muito por se investigar a respeito de seu próprio surgimento no continente americano” (RIBEIRO, 2002, p.253)

Essas primeiras populações seriam compostas por pequenos grupos migrantes, “compostos provavelmente por algumas famílias e [que] moviam-se como bandos frouxos dentro de um espaço limitado” (BARBOSA; SCHMITZ, 1998, p. 19). Esses grupos utilizavam grutas e abrigos, com

disponibilidade de água potável em abundância e de recursos minerais, vegetais e animais de uma diversidade de ambientes próximos.

As estratégias de reprodução social dos primeiros habitantes relacionar-se-iam com a caça e a recolecção de espécies de fauna e flora típicas do Cerrado. Só mais tarde se terá desenvolvido a agricultura que segundo Dias Jr (1978-1980) e Prous (1991) se terá desenvolvido pelos 4 mil anos atrás, período para o qual foram datados grãos de milho e restos de amendoim, cabaça e abóbora, descobertos em áreas do centro e noroeste de Minas Gerais.

O surgimento da agricultura se dá ainda em um período pré-cerâmico, que, junto com outras formas de artesanato, se desenvolveria a partir de 3.500 anos atrás. Os estudos arqueológicos apontam para uma grande diversidade cultural desde então, com a convivência e influência entre várias fases e tradições, presentes em diferentes áreas do Cerrado (RIBEIRO, 2002, p. 253).

Os grupos indígenas do tronco linguístico *macro-jê* seriam os herdeiros históricos de todo complexo cultural, presente no Cerrado (RIBEIRO, 2002) caracterizado por uma agricultura baseada em plantas semeadas (abóbora, milho, algodão e feijão) (MILLER, 1978-1980), a alimentação indígena, esta seria complementada com outros produtos vegetais obtidos diretamente por recolecção no Cerrado e com a proteína de origem animal, obtida através da caça e pesca. Estudos etnográficos realizados entre diversos grupos *jês* mostram que “as roças

de milho eram abertas e plantadas, dispersando-se o grupo em pequenas bandas para a atividade de coleta, caça e pesca, as quais, voltavam-se a se concentrar, pela época da colheita” (GALVÃO, 1979, p. 245).

Em termos de compreensão da dinâmica paisagística, torna-se importante reforçar a ideia que o uso e manejo dos ecossistemas tropicais, nomeadamente o Cerrado é algo muito antigo, ou seja, a sua “*antropização*” é milenária. Entende-se, assim, que o Cerrado deve ser compreendido desde, pelo menos 4 mil anos atrás, como um bioma não natural. Já quanto às espécies vegetais próprias desse ecossistema, deve-se associar as plantas domesticadas e/ou manipuladas pelos indígenas que ocupavam o território (POSEY, 1986). Concordamos, então, com este autor quando defende que o que se tem chamado de florestas e savanas “naturais” no Brasil “é possivelmente o resultado de milénios de remanejamento e co-evolução humanos” (POSEY, 1986, p. 184).

Ter-se-á desenvolvido uma agricultura nómada que implicaria o cultivo de várias plantas nativas domesticadas e outras que Posey (1986) denomina de semidomesticadas, para além da recolha/coleta, caça e pesca, formando “campos na floresta”. Estes situar-se-iam nas proximidades dos acampamentos indígenas e ao longo de diversas trilhas que os nativos percorriam, apropriando-se, assim, do seu espaço e modificando o uso dos solos.

As práticas desenvolvidas por esses índios incluem outras formas de manejo para além dos entornos das aldeias. Desenvolvi-

uma forma de plantio de espécies nativas controlada, localizada em meio ao cerrado ou vegetação original de modo a poder fazer uso delas quando houvesse necessidade. Posey (1986) destaca-as como “criação do apêto – ‘ilha’ de floresta no cerrado” –, cuja finalidade seria funcionar como “abrigo em casos de calamidades, investidas guerreiras ou epidemias, quando se tornava mais seguro abandonar, temporariamente o local da aldeia” (POSEY, 1986: 183). Estas, em geral, localizavam-se nos campos, mostrando a forma de manejo integrada de toda região ocupada por esses povos.

Pode-se assim concluir que os povos indígenas que se instalaram no domínio do Cerrado realizaram “um complexo manejo das diversas paisagens presentes em seu território, mantendo, assim, um relacionamento estreito com o seu hábitat, que vai muito além da aldeia e de seus arredores” (RIBEIRO 2002, p. 256). A história da paisagem do cerrado está assim associada à história dos povos indígenas que aí se instalaram pelo que se torna importante o conhecimento das suas práticas culturais que irão permitir um conhecimento mais profundo da evolução desta paisagem só recentemente valorizada e pesquisada.

3. A COLONIZAÇÃO EUROPEIA E AS IMPLICAÇÕES NA EVOLUÇÃO DO CERRADO

A ocupação do Cerrado pelos colonizadores europeus trouxe mudanças significativas e alterações profundas nesse tipo

de paisagem. As bandeiras que iniciaram a penetração pelo Cerrado à procura de minerais preciosos e índios para o trabalho escravo trouxeram também o gado bovino que se foi espalhando pelo Brasil Central, cuja criação levou a uma transformação importante e duradoura, não apenas na atividade económica praticada no Cerrado, mas também nas “paisagens do Cerrado”. A expansão da agropecuária foi favorecida pela disponibilidade do mercado consumidor de carne e couro nos centros mineradores da região durante os séculos XVII e XVIII, contribuindo de forma decisiva para sua consolidação e permanência no período posterior.

Não existe muita documentação sobre o início da ocupação do sertão nesta parte central do Brasil. Os viajantes que percorreram esta região no século XIX deixaram os seus relatos que constituem importantes fontes para a História Ambiental, preocupada em entender as relações entre sociedade e natureza, do plano mais físico e material ao intelectual e mental, enquanto processo histórico. Deixaram comentários sobre o meio ambiente, costumes das pessoas e arquitetura, assim como anotações sobre a história, economia, festas religiosas entre outros aspectos sobre os locais que percorreram e visitaram.

Convém, no entanto, realçar que os escritos dos viajantes foram marcados por uma determinada conjuntura histórica pelo que teremos de compreendê-la no sentido de entendermos criticamente os relatos produzidos. Por exemplo, Saint-Hilaire é fruto de uma

Europa iluminista tendo sido a partir daí que construiu as suas próprias visões acerca do novo mundo. Nos relatos dos viajantes nota-se a “percepção do sujeito observador formado por determinado contexto histórico” (LISBOA, 1997: 67), que percebem que o território é composto por multiterritorialidades e, conseqüentemente, configura-se como realidade fragmentada, onde as pessoas relacionam-se nos diversos espaços sociais dentro do território.

[...] as forças económicas, políticas e culturais, reciprocamente relacionadas, efetivam um território, um processo social, no (e com o) espaço geográfico, centrado e emanado na e da territorialidade cotidiana dos indivíduos, em diferentes centralidades temporalidades territorialidades. A apropriação é económica, política e cultural, formando territórios heterogêneos e sobrepostos fundados nas contradições sociais. (SAQUET, 2004, p. 28).

Os relatos de Saint-Hilaire, Martius e Pohl, inserem-se no período inicial da transição compreendida como uma reorganização do ecossistema para fins agrícolas, entre as atividades de mineração e a pecuária de exportação (SOUZA, 2012).

Saint-Hilaire (1975^b) e Pohl (1976) atentam em vários momentos para as “vastas solidões” de terras “mal cultivadas” e “incultas”, que fortaleciam a ideia de ociosidade e contribuía para a dita decadência de toda esta área central do Brasil. Referem, no entanto que:

(...) a criação de gado é a ocupação mais comum dos fazendeiros, porque o gado é de venda fácil no mercado da Baía. Mas em geral cultivam também um pouco de cana-de-açúcar, principalmente para a fabricação de cachaça, largamente consumida em todas as classes da sociedade e por isso mesmo de grande procura. Também se cultiva a mandioca, o arroz e o

milho, tanto para consumo da casa, como para venda na vila.

Todas essas plantações, porém, se fazem nas terras baixas [...] Tanto o solo como o clima se prestam bem ao cultivo do café, porque as poucas plantações dele feitas dão boa safra, mesmo sem terem recebido o mínimo cuidado [...] Nunca, porém, poderá ser aqui cultivado em grande escala para fins de exportação, por causa da grande distância do litoral (GARDNER, 1942, p. 293).

Por toda a região do Cerrado, a expansão da pecuária deveu-se à combinação de alguns fatores naturais que tornaram essa atividade possível, dentre os quais se destaca a presença de pastagens nativas, incluindo centenas de espécies de ervas, subarbustos, arbustos e árvores, cujas folhas, frutos e até o caule são consumidos pelo gado (MACEDO, 1978). Outro recurso diferencial favorável à criação de gado na região é a existência, em alguns pontos, de terrenos e fontes de água salobras, possibilitando aos pecuaristas evitar gastos com a compra de sal, como observou, no início do século XIX, Saint-Hilaire:

O que torna muito preciosos os terrenos salitrados do sertão, é que eles substituem, para o gado, o sal que se é forçado a dar aos animais nas outras zonas da Província de Minas e na de S. Paulo. A essa vantagem a região acrescenta ainda, como já vimos, a de possuir pastagens imensas; por isso os gados bovino e cavalar podem ser considerados como sua principal riqueza (SAINT-HILAIRE, 1975a, p. 313).

As pastagens nativas eram manejadas pelo uso do fogo nas áreas de campo e de savanas, cuja vegetação formada por “gramíneas ou arbustos baixos (...) fica inteiramente queimada durante o estio, ocasião em que têm início as queimadas. A cinza aduba a terra e incentiva o surgimento do capim tão

logo caem as primeiras chuvas” (ESCHWEGE, 1996, p. 97).

De fato, as queimadas foram muito utilizadas pelos “*novos donos do sertão*”. Este fato é descrito diversas vezes:

(...) No meio do dia, tínhamos 29° até 30°R; de manhã ao romper do dia, e ao pôr do sol, 18°R; com isso, também estava a atmosfera no estreito e fundo completamente esfumaçada pelas queimadas, que devastavam os pastos e matagais das encostas próximas; (...). (SPIX; MARTIUS, 1976, p. 101).

Em alguns pontos, viam-se ao longo algumas línguas de fogo e colunas de fumaça; os viajantes ateiavam assim, todos os anos, fogo nos campos, com o intuito de aumentar-lhes a fertilidade e preparar pastagens verdes para as caravanas subsequentes. Percorremos desta maneira muitas e vastas extensões enegrecidas pelas queimadas. Essa operação modifica consideravelmente o aspecto da vegetação, porquanto muitas plantas só aparecem em semelhantes circunstâncias, bastando-lhes muitas vezes dois ou três dias para se desenvolver (CASTELNAU, 1949, p. 281)

As queimadas foram certamente uma das formas de rápida transformação do cerrado, levando ao desaparecimento de espécies vegetais e animais e provocando a erosão dos solos já que ficavam expostos à ação direta da precipitação e do escoamento superficial. A vegetação era combatida como lugar de risco, pois nela poderiam se esconder feras hostis. Clareiras eram abertas no entorno dos povoados e as queimadas precediam o cultivo, demonstrando uma desconsideração pela paisagem do cerrado, levando à sua rápida degradação, já que não existia qualquer instrumento legal de proteção deste domínio, ao contrário da Mata Atlântica que já constava na Constituição de 1988 como patrimônio nacional.

Para além da importância que a criação de gado teve na transformação do Cerrado, não podemos esquecer que a atividade mineira também contribuiu de forma significativa para a mudança já que foi a atividade que primeiro atraiu pessoas para a região com o sentido de explorar o minério.

A atividade mineira dos séculos XVIII e XIX impactou de tal forma o ambiente que seus vestígios ainda se encontram visíveis mesmo depois de passados, nalguns locais, mais de dois séculos. Os vestígios de barragens, canais, bicames, áreas de desmonte, mundéus, rosários, galerias, montes de sedimento revirado, desvios de rios etc, são imensos e certamente ricos em informações, muitas das quais ainda não foram exploradas, mas que podem contar a história da evolução e desenvolvimento desta área.

Mas, se por um lado, a mineração foi a atividade nuclear que originou a colonização do sertão nessa área central do território, a diversificação da economia foi seu contraponto. Com a ocupação das Minas Gerais verificou-se uma forte comércio e comunicação interna, inclusive gerando a primeira integração entre regiões coloniais distintas no grande território colonial: destaquem-se as trocas comerciais entre o sul com as tropas de mulas para transporte cujo polo de concentração estabeleceu-se em Sorocaba com as suas famosas feiras de burros. O forte deslocamento populacional para a região acabou por constituir um importante mercado interno que fomentou o desenvolvimento de outras atividades como a agricultura e a pecuária, praticamente desde o

início, desenvolvidas paralelamente à mineração. Em que pese a visão tradicional que coloca a atividade minerária quase como exclusiva na primeira metade do século XVIII estudos recentes mostram que a realidade era outra. (GUIMARÃES, 2005).

Um dos fatores impulsionadores da pecuária no Cerrado foi a enorme disponibilidade de terras, possibilitando a criação extensiva de grandes rebanhos, com milhares de cabeças de gado. Em torno dessas fazendas de gado, constituiu-se uma economia camponesa, baseada na agricultura, cuja produção de milho, feijão, arroz e mandioca teve uma expressão mais local e, no máximo, regional.

A despeito das possibilidades de produção econômica conforme exploradas por esses camponeses, a natureza, emerge nos relatos de Saint-Hilaire, Martius, Pohl, Gardner e Castelnau, embora "generosa" e "pitoresca", como um obstáculo a ser transposto; um entrave ao povoamento, à civilização, à sociabilidade, ao "florescimento do comércio" pelas dificuldades de transporte em um terreno "longínquo", "vasto" e irregular, cujos rios deveriam tornar-se navegáveis – "grandiosas vias de comunicação" –, mediante esforços humanos. Seguindo esta lógica, e diante da propalada riqueza, dever-se-ia tirar o maior proveito possível dos recursos naturais do Cerrado (SOUZA, 2102).

De facto muitas vezes estas áreas do sertão central do Brasil são apresentadas como regiões "desérticas" (SAINT-HILAIRE 1975c

p. 92). Esta é uma insistência que surge com frequência nos relatos. Assim de Goiás até a região central de S. Paulo, “os descendentes dos portugueses não ocupam (...) mais que uma estreita faixa de terreno, além da qual estão situados imensos desertos” (SAINT-HILAIRE, 1975b p.112). Assim, para os viajantes, o que define o deserto brasileiro, habitado por índios e mestiços, não é exatamente a ausência de pessoas, mas a inexistência de vida civilizada, pois a presença dos sertanejos é claramente anunciada (MIRANDA, 2009).

Outra ideia importante que os viajantes transmitem relaciona-se com a necessidade de transformação desses espaços.

Mais do que um refúgio, o deserto-floresta americano representa então um espaço aberto à conquista: é necessário dominá-lo e transformá-lo por meio do trabalho dos colonizadores. Para as comunidades feudais, a floresta apresenta-se como área de recursos indispensáveis e seu arroteamento gera prosperidade (LE GOFF, 1993, p. 289-310).

Spix e Martius (1981, p. 128) também traçam comparações entre as paisagens civilizadas e as selvagens: na estrada entre Rio de Janeiro e São Paulo, as “belas roças de milho, mandioca e cana” causam “agradável impressão” aos naturalistas, mas as “matas virgens tenebrosas”, apesar da aparência tranquila, os angustiam e oprimem (MIRANDA, 2009). Os alemães exaltam a exuberância das florestas tropicais, mas lembram que, no seu interior, “reinem trevas eternas” capazes de “apavorar a alma” (SPIX; MARTIUS, 1981, p. 238). Reaparece a imagem do mítico deserto-floresta, escuro e misterioso. “Em lugar das

extensas plantações de milho, de mandioca, de cana-de-açúcar, e das árvores frutíferas, o que havia eram terras cobertas por uma vegetação exuberante, mas inútil” (SAINT-HILAIRE, 1975b, p.14).

A descrição da paisagem aparece de maneira ambígua e interliga-se com a própria percepção da natureza. O deslumbre e o estranhamento, mesclam-se e permeiam todos os relatos analisados com maior ou menor intensidade. Expressões adjetivas como “natureza majestosa” são muitas vezes seguidas de “extensões áridas” e “desérticas”. Os olhares dos viajantes estavam condicionados para enxergar o progresso baseado no desenvolvimento capitalista e lucro. As representações e imagens deixadas pelos viajantes europeus do século XIX sobre o sertão brasileiro perduraram por meio da historiografia, reafirmando sua incapacidade de compreender a peculiaridade e diversidade da natureza e as gentes dos sertões. O discurso veiculado por esses viajantes e que marca o futuro é de que seria importante a ocupação desses espaços e a sua transformação efetiva no sentido do desenvolvimento, independentemente das consequências e rupturas eco-sociológicas.

4. OS ÚLTIMOS ANOS...

Até a década de 1950, as faixas preferidas para uso agrícola no Planalto Central eram as calhas aluviais onde existissem densas matas de galeria.

As várzeas alongadas e contínuas, dotadas de aluviões, ricas e designadas regionalmente por *pindaíbas* eram a exceção diante do campo geral de vertentes inclinadas e interflúvios largos ocupados por uma pecuária extensiva.

A partir da década de 1960 e, sobretudo, ao longo dos anos 1970, passaram a ser utilizadas extensas áreas para a silvicultura nessa região, a rizicultura, plantio de abacaxis e eventuais lavouras nobres (soja, café e trigo). A agricultura comercial, sobretudo a do arroz, atingiu o espaço dos cerrados, deslocando fronteiras agrícolas e viabilizando a economia rural de grandes espaços, até então mal aproveitados e improdutivos (AB´SABER, 2003).

A partir do início dos anos de 1970, o “Eldorado do Brasil Central é redescoberto” (RIBEIRO, 2002). O estado implementou diversos programas de desenvolvimento do Cerrado, baseados: *i)* num uso intensivo de tecnologia e capital; *ii)* no preço baixo das terras, favoráveis à mecanização e que compensavam os investimentos destinados à “correção” do solo. Em pouco tempo, o Cerrado adquiriu grande importância na produção agrícola brasileira, contribuindo com 25,4 % da soja, 16% do milho, 13,2 % do arroz de sequeiro e 8,3 % do café (SHIKI, 1995).

Ribeiro (2002) salienta que esta política teve diversos impactos ambientais dos quais salientamos: *i)* perda de biodiversidade com o plantio de enormes áreas de soja, milho, arroz, café, pastagens, eucaliptos, etc, em substituição

à enorme variedade de espécies do Cerrado; *ii)* degradação dos solos quer seja pela utilização de maquinaria pesada quer seja pelo uso excessivo de produtos químicos, cujo resultado passa pelo desenvolvimento de diversos processos erosivos ou então pela sua deterioração química-mineralógica; *iii)* poluição e contaminação direta da água e dos solos e, como tal, contaminação indireta de seres vivos devido ao uso intensivo de agrotóxicos e adubos químicos; *iv)* aumento das pragas agrícolas, combatidas, quase sempre, com mais agrotóxicos; *v)* diminuição dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos causados pela uso de agrotóxicos, adubos químicos, desmatamento e pela própria irrigação; *vi)* risco de contaminação genética através do plantio de sementes transgênicas.

Para além desses tipos de impactos verificou-se outra ordem de problemas ligados aos impactos sociais (RIBEIRO, 2002) de que podemos salientar: *i)* uma maior concentração fundiária; *ii)* exclusão dos agricultores familiares e de populações tradicionais da participação e dos benefícios econômicos que estes projetos trouxeram (SALIM, 1986); *iii)* redução significativa da mão de obra agrícola (CUNHA, 1996), forçando o seu deslocamento para os centros urbanos (GUANZIROLI; FIGUEIRA, 1986); *iv)* aumento da dívida externa em benefício de uma minoria (RIBEIRO, 2002).

Estava consumada a ruptura eco-sociológica vaticinada pelos viajantes do século XIX? O desenvolvimento implicou a destruição

do bioma Cerrado e desestruturou as comunidades e culturas que se tinham enraizado nessa paisagem e que tinham contribuído para a sua construção. Não era certamente um “Cerrado Natural”, mas era uma paisagem em que se verificava uma interdependência entre os seus elementos naturais e ação ecologicamente sustentável do homem.

De fato, as populações tradicionais do Cerrado tiveram várias atividades restringidas ou proibidas que eram de grande importância dentro de suas estratégias de reprodução social. Dentre elas, podem-se destacar: a derrubada de matas e capoeiras; a realização de queimadas; a retirada de madeiras e fibras; a restrição da coleta de frutos e de palmitos; a extração de mel silvestre; a apanha de flores do tipo sempre-viva; a coleta de plantas medicinais; a prática da caça; a restrição da prática de pesca; a produção de carvão; a proibição do garimpo (RIBEIRO, 2002).

As consequências que aqui salientamos coloca-nos a questão se a legislação ambiental brasileira acerca dos seus domínios naturais, sobretudo o Cerrado, está adequada à realidade do país. Tornam-se decisivas reflexões acerca dos principais aspectos dessa legislação de modo a adequá-la a uma nova ideia de ambiente ou da qualidade ambiental que se deseja: uma sustentabilidade pautada na realidade dos homens que vivem e sobrevivem nesses espaços, cujo domínio é o de um cerrado totalmente transformado pela tecnologia moderna.

A apropriação de áreas de terra de amplas dimensões, pelos grandes empreendimentos que foram financiados permitiram a ocupação das terras altas e planas das chapadas, com enormes parcelas cobertas de soja, café, eucalipto ou de outros tipos de monocultura, levando ao cerco de comunidades tradicionais inteiras e à transformação de forma definitiva da paisagem. Essas comunidades foram expropriadas dos usos coletivos que aí realizavam, diminuindo sua capacidade de criação de bovinos e reduzindo ou inviabilizando a caça e várias formas de extrativismo vegetal (lenha, madeira, frutos, plantas medicinais, fibras, etc). O fato de o Cerrado ter sido considerado, “quer pela opinião pública quer pelos ecologistas, como a “prima pobre” dos biomas” (SOUZA, 2012, p. 58), contribuiu certamente para a ocupação predatória que se verificou pós década de 70.

5. CONSIDERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DE PAISAGENS ATUAIS

No Triângulo Mineiro, o Cerrado deixou, definitivamente, de existir como paisagem natural intocada. As transformações que se verificaram foram profundas e destruíram o tipo de paisagem que predominou até ao início da década de 70.

Deste modo propomo-nos realizar uma tipologia das unidades de paisagem que atualmente predominam nesta área. A metodologia utilizada passou pela análise dos tipos de vegetação atuais, das macro-formas de relevo predominantes e o uso que se faz da

Terra. A ferramenta principal utilizada foi o *Arcgis* que permitiu a análise de cada um destes mapas, assim como as áreas que cada item ocupa e, ainda, a sua sobreposição de forma a permitir o seu relacionamento.

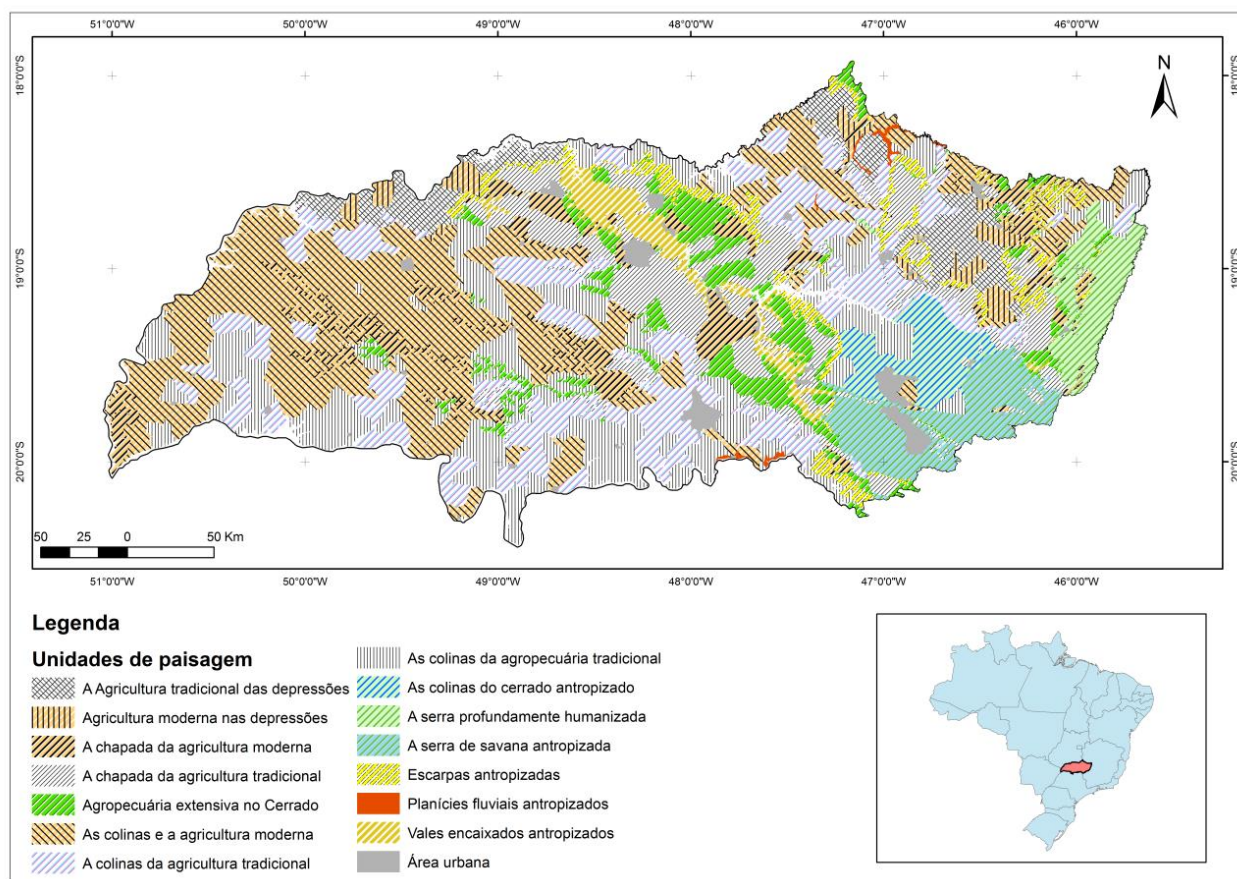


Figura 1 – As unidades de paisagem atuais, no Triângulo Mineiro (PEDROSA, 2014).

O resultado apresentado (figura 1) traduz a importância do uso da terra atual na definição das unidades de paisagem, conforme esposado neste trabalho. As formas de relevo diferenciadas não resultam em paisagens específicas. Tanto encontramos agricultura moderna em área de chapada como de colinas e domos. Mesmo as escarpas e os vales encaixados encontram-se profundamente antropizados. Pode não ser por uma agricultura moderna e mecanizada, mas é certamente por um tipo de agricultura mais tradicional associada fundamentalmente a agropecuária de baixa e média densidade ou a usos agrícolas

diversificados sempre associados a uma agricultura tradicional.

A importância do cerrado manifesta-se apenas na área serrana e de morros no SE do Triângulo Mineiro, associada a uma agricultura tradicional e fundamentalmente à agropecuária de baixa densidade de ocupação que permitiu a conservação algumas áreas significativas de Cerrado. Mas é indiscutivelmente um cerrado muito antropizado.

A paisagem no Triângulo Mineiro apresenta um mosaico diversificado de unidades, em cuja definição é muito mais importante a ação do homem do que a

“vegetação natural” e as “formas de relevo”. A ação do Homem, na atualidade, é profundamente marcante e é indiscutível que o “Cerrado”, tal e qual como era conhecido nos finais do século XIX e início do século XX desapareceu, no Triângulo Mineiro. A paisagem de “cerrado”, historicamente construída, quer pela civilização indígena, quer pelos colonizadores, escravos e comunidades quilombolas, encerrava em si, transformações importantes, advindas de modos culturais distintos, mas mantinha um manejo equilibrado, fruto da interdependência que se gerou entre os seus habitantes e o bioma que os sustentava.

Essa paisagem deixou de existir em função de várias outras totalmente remodeladas, seja pela tecnologia avançada, seja pelas novas normas impostas sobre o território por forças econômicas e políticas que o transformam abruptamente.

REFERÊNCIAS

AB’SABER Aziz. Domínio de natureza e famílias de ecossistemas. In: AB’SABER, A. **Domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo, Atelie Editorial, 2003, 159 p.

AB’SABER Aziz. **Contribuição a geomorfologia da área dos cerrados**. In: **In: Simposio sobre o cerrado**, 1., São Paulo: Edusp, 1962, p. 117-124.

BARBOSA, Altair S.; SCHMITZ, Pedro I. Ocupação indígena do Cerrado - esboço de uma história, in Sano, S.M. & S. P. Almeida (editores) **Cerrado: ambiente e flora**, Planaltina, EMBRAPA-CPAC, 1998.

CASTELNAU, Francis. **Expedição às regiões centrais da América do Sul**. São Paulo, Cia Editora Nacional, Coleção Brasileira, 1949, 266p.

CUNHA, Aécio S. (cord.). **Uma avaliação da sustentabilidade da agricultura nos cerrados**. Brasília, IPEA. 1994.

DIAS JR., O. Ferreira. O Arcaico do interior brasileiro, in **Temas de Arqueologia Brasileira**, Goiânia, nº 9, 1978/1980.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. **Brasil, novo mundo** (1824). Belo Horizonte, Centro de Estudos Históricos e Culturais, Fundação João Pinheiro, 1996.

GALVÃO, Eduardo E.. **Encontro de sociedades: índios e brancos no Brasil**. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1979, 300p.

GARDNER, George. **Viagens no Brasil: principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841**. Rio de Janeiro, Cia Editora Nacional, Biblioteca Pedagógica Brasileira, Coleção Brasileira, 1942.

GUANZIROLI, Carlos E.; CREUZA Stephen F. **Cerrados: uma contra-reforma agrária capitalista**. Rio de Janeiro, IBASE. 1986.

LE GOFF, J (Org). **A Nova História**. São Paulo, Martins Fontes, 1993.

LISBOA, Karen Macknow. **A Nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na viagem pelo Brasil (1817 1820)**. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 1997.

MACEDO, Geraldo Antonio R. **Dieta de novilho em pastagem nativa de cerrado**, Belo Horizonte: EPAMIG, 1978.

MILLER Jr., Tom Oliver. Os cultivadores do planalto e do litoral. **Temas de Arqueologia Brasileira**, Goiânia, nº 2. 1978/1980.

MIRANDA, Luiz F. A. O deserto dos Mestiços; o sertão e seus habitantes nos relatos de viagem do início do século XIX, **História**, São Paulo, 28 (2), 2009, p. 621-643.

- POSEY, Darrell A. Manejo da floresta secundária, capoeiras, campos e cerrados (Kayapós). in Ribeiro, Darci (editores) **Suma etnológica brasileira. Edição atualizada do Handbok of South American Indians**, Petrópolis, Vozes, Vol. 1. 1986.
- POHL, Joahann Emmanuel. **Viagem no interior do Brasil**. Tradução Milton Amado e Eugênio Amado, São Paulo, EDUSP, 1976.
- PROUS, André. **Arqueologia brasileira**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1991, 605p.
- RIBEIRO, Ricardo F. O eldorado do Brasil central: história ambiental e convivência sustentável com o cerrado. En publicacion: **Ecología Política: Naturaleza, sociedad y utopía**. Héctor Alimonda. CLACSO. 2002, p. 249-275. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/ecologia/ribeiro.pdf>, acesso em 02/04/2014.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais (1830)**. Belo Horizonte, Itatiaia, São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1975^a
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à Província de Goiás**. Belo Horizonte/São Paulo. Itatiaia/Edusp, 1975b, 158p.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem às nascentes do rio São Francisco**. Belo Horizonte, Itatiaia, São Paulo, Editora da USP, 1975c.
- SALIM, Celso Amorim. As políticas econômica e tecnológica para o desenvolvimento agrário das áreas de cerrados no Brasil: avaliação e perspectivas, in **Cadernos de Difusão**, Rio de Janeiro, 1986
- SAQUET, Marcos Aurélio. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão, Unioeste, 2004.
- SAUER, Carl O. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998 [1925], p. 12-74.
- SCHIER, Raul Alfredo. Trajetórias do conceito de paisagem na geografia **R. RA'E GA**, Editora UFPR Curitiba, n. 7, 2003, p. 79-85.
- SHIKI, Shigeo. Sustentabilidade do sistema agroalimentar nos cerrados - Em Busca de Uma Abordagem Incluyente. **Agricultura Sustentavel**, v. 2, n. 1, 1995, p. 17-30.
- SOALHEIRO Itamara S. Apreensão do território mineiro nos relatos de Auguste de Saint-Hilaire: uma leitura relacinonal. **Revista Eletrônica Cadernos de História**, vol. V, ano 3, n.º 1. Abril de 2008. www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria, 2008, p. 48-56.
- SOUZA, F. S. Natureza, ocupação territorial e vias de comunicação de Goiás nos relatos de viagens do século XIX. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, 2012, p. 50-59.
- SPIX, Johann Baptiste von; MARTIUS, Karl Friedrich Philipp. **Viagem pelo Brasil: 1817-1820. [1823]**. Vol. 1. Trad. Lúcia Furquim Lahmeyer. 3 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo, Melhoramento, 1981